

CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS

Estudo Técnico Preliminar 235/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: Após envio à OM executora

2. Descrição da necessidade

2.1. O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), órgão subordinado ao Comando da Aeronáutica (COMAER), é responsável por implantar, operar e manter o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Esses sistemas viabilizam os serviços de navegação, vigilância e telecomunicações necessários à ordenação e segurança do tráfego aéreo nacional, além de apoiar o Sistema de Proteção ao Voo, o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico, o Sistema de Telecomunicações e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro.

2.2. O presente Estudo Técnico Preliminar contempla a aquisição de materiais sobressalentes para manutenção e operação dos seguintes sistemas críticos:

- SIS IOP SAGITÁRIO – Gerenciamento da estrutura do espaço aéreo do SISCEAB.
- SIS IOP DACOM – Interface com radares de vigilância e controle de defesa aérea.
- SIS IOP TATIC – Otimização do controle operacional das torres de controle (TWR).
- SIS IOP SDV – Controle remoto e digital do tráfego aéreo, assegurando continuidade operacional.
- SIS IOP SIGMA – Centralização e digitalização da entrega, validação e acompanhamento de planos de voo.
- SIS IOP OPMET – Disponibilização de informações meteorológicas atualizadas e padronizadas.

2.3. O Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ), como Órgão Central de Manutenção do DECEA, é responsável pelo suprimento e manutenção de hardware e software desses sistemas. A aquisição visa recompor estoques estratégicos e garantir a pronta reposição de itens essenciais, prevenindo a interrupção dos serviços. A indisponibilidade desses materiais comprometeria a capacidade do controlador de voo de emitir orientações críticas, afetando diretamente a segurança e a eficiência das operações aéreas no território nacional.

2.4. O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamentos de consumo e sobressalentes que são componentes essenciais para a manutenção e operação de sistemas de controle de tráfego aéreo. A natureza crítica de seu uso para a segurança e a comunicação operacional no espaço aéreo os diferencia de equipamentos de uso genérico.

Nesse sentido, e conforme a normativa aplicável a este processo, excluem-se da categoria de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) os itens deste contrato, uma vez que são utilizados como parte da infraestrutura de missão crítica e não para fins de tecnologia da informação comum.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subdivisão de Tecnologia da Informação Operacional (IOP) do do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ)	SO BCO Alan Santos Silveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A fim de atender à demanda da Administração e selecionar a proposta mais vantajosa, os seguintes requisitos são indispensáveis à contratada:

4.1. Obrigações Gerais

4.1.1. Fornecer todos os itens do objeto da contratação em absoluta compatibilidade com os sistemas em operação, incluindo compatibilidades proprietárias e exclusivas do fabricante, quando aplicável;

4.1.2. Sustentar integralmente as obrigações contratuais, especialmente a garantia, mediante certificado emitido pelo fabricante (exceto quando a contratada for o próprio fabricante);

4.1.3. Fornecer documentação técnica completa dos itens, como manuais, instruções e softwares, especialmente quando envolverem itens superadores;

4.1.4. Informar, no momento da proposta, o local de entrega pretendido; e

4.1.5. Cumprir integralmente os requisitos logísticos, sob pena de devolução ou recusa dos itens, sendo os eventuais atrasos no pagamento decorrentes dessa situação de responsabilidade exclusiva da contratada.

4.2. Requisitos Logísticos e Técnicos

4.2.1. Local de entrega: Todos os materiais deverão ser entregues no Brasil, na Seção de Recebimento da Subdivisão de Suprimento do PAME-RJ, situada na Rua General Gurjão, nº 4, Caju, Rio de Janeiro/RJ.

4.2.2. Itens objeto da contratação:

- SMART TV 55”
- Estação de solda digital
- Alicates amperímetro digital
- Relé PLC-RPT-48DC-21
- Relé PLC-RPT-24DC-21
- Jogo de chaves GTX Torx com cabo (perfil hexalobular) – 13 peças
- Jogo de chaves hexagonais (Allen) com cabo – 10 peças (mm)
- Jogo de chaves de fenda simples e cruzada VDE isoladas – EN 60900 – 7 peças
- Alicates universal Kraft VDE H isolado – EN 60900
- Alicates de bico chato e longo VDE H isolado – EN 60900
- Alicates isolado de corte diagonal sueco VDE 8314-160H
- Chave ajustável 6”
- Solda estanho 60-40 2 mm com fluxo – carretel
- Maleta de ferramentas em alumínio preta MFV 931
- Leitor biométrico
- Fonte de alimentação AC/DC para trilho DIN
- Fonte de alimentação POE para câmera de vigilância
- Cabo de cobre para conexão direta tipo QSFP – 5 m
- Teclado computador retroiluminado
- Teclado computador - Padrão ABNT2
- Mouse
- Cartucho Toner, referência CF226A

4.2.3. Forma de entrega: Única, conforme proposta contratual;

4.2.4. Proibição de subcontratação: Não será admitida qualquer forma de subcontratação do objeto;

4.2.5. Condição dos itens: Devem ser novos, originais de fábrica, vedado o fornecimento de materiais reconicionados, remanufaturados, reembalados e/ou reciclados;

4.2.6. Rejeição de itens: Os materiais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, no ato da entrega, caso não atendam às especificações do Termo de Referência e/ou da proposta vencedora. Nesse caso, deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo das penalidades contratuais; e

4.2.7. Garantia mínima: Recomenda-se estabelecer prazo mínimo de garantia de 12 (doze) meses para todos os materiais, ou, alternativamente, alinhá-lo ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante, adotando o que for mais vantajoso para a Administração. Essa medida assegura maior planejamento e proteção contra vícios redibitórios por um período mais prolongado, reforçando a segurança jurídica e a qualidade dos bens adquiridos.

4.2.8. Todos os itens devem ser integralmente compatíveis com os sistemas atualmente em operação no SISCEAB, conforme especificações do Termo de Referência.

4.3. Utilização ou não do Catálogo Eletrônico de Padronização

Considerando o disposto no § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade da utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização, salvo justificativa formal para sua não aplicação, registra-se que o objeto deste certame consiste na aquisição de materiais de consumo sobressalente destinados ao atendimento das necessidades operacionais do SISCEAB, não estando contemplados no referido catálogo.

Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>, onde se constatou que, na presente data, o repositório contempla apenas três itens padronizados: água mineral sem gás, café e açúcar.

Dessa forma, tendo em vista que os materiais solicitados não se enquadram entre os bens padronizados atualmente listados, justifica-se formalmente a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização para a presente contratação, em conformidade com a legislação vigente.

Para subsidiar a formação do preço estimado, e observando as orientações previstas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Guia de Pesquisa de Preços da Administração Pública, foi adotado, o Banco de Preços, ferramenta amplamente reconhecida e utilizada pela Administração Pública para consulta de valores praticados em contratações similares. A utilização do Banco de Preços permitiu obter referências atualizadas, derivadas de processos licitatórios e contratações efetivadas por diversos entes públicos, contribuindo para maior fidedignidade, transparência e robustez na composição da metodologia de pesquisa.

Assim, a adoção do Banco de Preços mostra-se adequada, segura e aderente às boas práticas de pesquisa de mercado, garantindo que o valor estimado reflita parâmetros realistas, competitivos e alinhados às práticas atuais de fornecimento, conforme documento, Mapa Comparativo de Preços, em anexo.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do fornecimento, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.4.2. Os materiais deverão ser produzidos por fabricantes com programas continuados de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a legislação vigente;

4.4.3. As embalagens devem ser individuais, adequadas ao transporte e armazenamento, com volume reduzido e, preferencialmente, fabricadas com materiais recicláveis; e

4.4.4. Este ETP está alinhado ao Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 do CAE e ao Plano de Gestão de Logística Sustentável do PAME-RJ, aprovado pela Portaria PAME-RJ nº 26/AIN, de 14 de setembro de 2023.

4.5. Gestão de Riscos

Com base na análise dos itens objeto desta contratação, identificam-se riscos relevantes que podem impactar a execução contratual, classificados da seguinte forma:

4.5.1. Compatibilidade proprietária: Alguns itens, como transceivers ópticos e fontes de alimentação POE específicas, possuem compatibilidade técnica restrita a determinados fabricantes, podendo limitar a concorrência e dificultar a reposição.

4.5.2. Dependência tecnológica: Em caso de descontinuidade do modelo ou série fornecida, há risco de indisponibilidade no mercado, afetando a manutenção dos sistemas do SISCEAB.

4.5.3. Prazos de produção e importação: Itens de fabricação sob demanda ou importados podem ter prazos superiores a 30 dias, comprometendo o cronograma de entrega.

4.5.4. Inadimplemento parcial: Fornecedor pode entregar parte dos itens e atrasar o restante, prejudicando a operação.

4.5.5. Não conformidade técnica: Entrega de itens que não atendam às especificações detalhadas no Termo de Referência.

4.5.6. Oscilação de preços no mercado: Possibilidade de reajustes relevantes em insumos importados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, afetando a economicidade da contratação.

4.5.7. Armazenamento inadequado: Possibilidade de avarias durante o transporte ou no armazenamento, comprometendo a integridade dos equipamentos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em atendimento ao §1º do art. 18 e ao art. 36 da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento analisou diferentes alternativas para suprir a demanda apresentada, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade para a Administração Pública. A pesquisa de mercado foi realizada por meio de:

- Consulta ao Painel de Preços do Governo Federal (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br>), com extração de valores médios praticados para itens equivalentes;
- Cotações em plataformas de e-commerce B2B e fornecedores especializados, com obtenção de no mínimo 3 (três) propostas para cada item;
- Contato direto com fornecedores nacionais previamente cadastrados no SICAF;
- Análise da variação de preços, identificando amplitude média de 12% entre o menor e o maior valor ofertado;
- Verificação de prazos médios de entrega, variando de 7 a 30 dias para os itens pesquisados.

A partir dessa análise, foram identificadas três soluções possíveis:

5.1.1. Solução 1 – Locação de Materiais

Consistiria na contratação de empresa especializada na locação de materiais destinados ao controle de tráfego aéreo. Embora pudesse oferecer flexibilidade contratual e menor investimento inicial, esta alternativa não se mostra viável por tratar-se de bens de consumo não duráveis e de aplicação definitiva no sistema. A devolução não seria possível, gerando dependência técnica da contratada e insegurança jurídica e operacional para a Administração Pública.

5.1.2. Solução 2 – Aquisição por Pregão Nacional

A aquisição dos materiais por meio de Pregão Eletrônico de abrangência nacional, adotando-se o critério de menor preço, conforme previsto nos incisos I e V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 e no art. 28 da Lei nº 14.133/2021, revela-se plenamente viável e vantajosa, visto que:

- 5.1.2.1. Os itens enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021;
- 5.1.2.2. Possuem disponibilidade no mercado nacional, sem exclusividade de fornecimento;
- 5.1.2.3. Permitem ampla competitividade entre fornecedores, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- 5.1.2.4. Favorecem a economicidade e a transparência, observando os princípios constitucionais da Administração Pública;
- 5.1.2.5. Foram identificados, na pesquisa de mercado, ao menos 5 (cinco) fornecedores habilitados e com capacidade técnica para atendimento integral do objeto.

5.1.3. Solução 3 – Aquisição por Contratação Direta

Seria aplicável apenas em casos excepcionais de inviabilidade de competição, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, esta demanda não se enquadra nessa hipótese, uma vez que os itens possuem ampla oferta no mercado nacional, já tendo sido adquiridos anteriormente por licitação. A contratação direta não se justifica e poderia configurar afronta ao princípio da isonomia e ao dever de licitar.

5.2. Conclusão

Considerando os resultados da pesquisa de mercado e a análise das alternativas, conclui-se que a aquisição por meio de Pregão Eletrônico Nacional é a solução mais adequada, segura, legal e vantajosa para o atendimento da demanda, garantindo:

- Ampla competitividade entre fornecedores;
- Melhores condições de preço e prazo;
- Segurança jurídica e conformidade com a Lei nº 14.133/2021;
- Atendimento ao interesse público com otimização de recursos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), órgão do Comando da Aeronáutica (COMAER), é responsável pelo planejamento, gerenciamento e controle das atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo, conforme estabelecido no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. O Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ), por sua vez, atua como unidade executora das diretrizes emanadas do DECEA, sendo responsável pelo suprimento e manutenção de software e hardware dos sistemas operacionais de tecnologia da informação empregados no controle do espaço aéreo e na defesa aérea, conforme as competências regimentais.

6.2. Para assegurar a continuidade operacional do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), torna-se imprescindível a aquisição de materiais de consumo relacionados à manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos utilizados em seus sistemas. Tais materiais constituem insumo fundamental para garantir a segurança das operações aéreas, contribuindo diretamente para o correto gerenciamento do ciclo de vida do plano de voo, a agilidade nas coordenações operacionais e a mitigação de impactos negativos decorrentes de eventuais falhas de sistema, até sua completa restauração.

6.3. Considerando que os itens demandados são classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado nacional e não sujeitos a fornecimento exclusivo, a modalidade adotada será o Pregão Eletrônico, na forma nacional, com critério de julgamento por menor preço por item, conforme preconizado no art. 28, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta escolha assegura ampla competitividade, transparência e economicidade à Administração Pública.

6.4. Ressalta-se que, em caso de divergências entre a descrição dos itens constantes no Termo de Referência e aquelas registradas no sistema de compras governamentais, prevalecerá sempre a especificação técnica detalhada contida no Termo de Referência, conforme diretrizes normativas, garantindo alinhamento às reais necessidades da Administração e a adequada execução contratual.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base em metodologia técnica adotada pelo Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ), unidade responsável pela manutenção dos sistemas integrantes do SISCEAB – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. O objetivo é assegurar a regularidade no suprimento dos materiais de consumo sobressalentes, necessários à continuidade dos serviços de manutenção da infraestrutura tecnológica do sistema, de forma preventiva e corretiva.

7.2. Para esse fim, foi utilizado o Módulo de Aquisição de Sobressalentes (MASS), ferramenta integrante do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), que realiza a projeção de demanda para um horizonte de planejamento de 12 meses, acrescido do tempo médio histórico necessário para reposição de cada item, conforme registrado nas bases de dados logísticas da Força Aérea Brasileira (FAB).

7.3. A metodologia baseia-se em um modelo estatístico de previsão de consumo, que compila e processa os seguintes parâmetros operacionais:

7.3.1. Histórico de consumo dos últimos três anos, por tipo de material e aplicação nos diversos sistemas do SISCEAB;

7.3.2. Disponibilidade atual de estoque utilizável;

7.3.3. Estoque de itens reparáveis;

7.3.4. Volume de itens efetivamente reparados nos últimos 12 meses;

7.3.5. Itens recentemente adquiridos e ainda não entregues;

7.3.6. Relação entre itens alternados, equivalentes e/ou superadores, promovendo a unificação da necessidade estimada.

7.4. Com base nas boas práticas da Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), a Seção IOP planejou a presente aquisição com horizonte de três anos, como medida preventiva e estratégica, considerando que os materiais de consumo sobressalentes são imprescindíveis para a operação contínua e segura do SISCEAB. Essa decisão também se fundamenta no aumento progressivo do custo da matéria-prima e na recorrente dificuldade de aquisição de determinados itens no mercado, fatores que reforçam a necessidade de garantir um suprimento estável e suficiente para o período planejado.

7.5. Nos casos em que existam componentes alternativos ou tecnicamente intercambiáveis, a projeção consolidada considera o somatório do consumo histórico e a situação de estoque de todos os equivalentes, assegurando um dimensionamento realista e compatível com a demanda efetiva do SISCEAB.

7.6. A presente estimativa atende ao disposto no art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, estando lastreada em critérios objetivos, históricos e operacionais, conferindo segurança jurídica, racionalidade e economicidade ao planejamento da contratação e à futura execução contratual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 190.296,42

8.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ 190.296,42 (cento e noventa mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos), conforme detalhamento apresentado no Mapa Comparativo de Preços.

8.2. O custo estimado foi obtido com base em pesquisa de mercado realizada nos termos do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se os seguintes parâmetros:

8.2.1. Pesquisa em sítios eletrônicos especializados, com fornecedores atuantes no território nacional;

8.2.2. Consultas ao Painel de Preços do Governo Federal, com dados atualizados;

8.2.3. Utilização do critério de preço médio, desconsiderando os valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, conforme previsto no art. 6º da referida Instrução Normativa.

8.3. Considerando que a contratação se dará sob a forma de Pregão Eletrônico, na modalidade Registro de Preços, com fornecimento futuro sob demanda, o valor estimado representa a melhor projeção de despesa, podendo variar conforme o quantitativo efetivamente contratado, dentro dos limites estabelecidos no edital.

8.4. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta, conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados anualmente, mediante solicitação formal da Contratada e aplicação do índice de reajuste definido no Edital e no Contrato, devendo estar previsto em cláusula específica contratual. O reajuste incidirá apenas sobre as obrigações cujos efeitos financeiros se iniciem após o transcurso da anualidade, conforme legislação vigente.

8.6. Para fins de correção monetária em caso de atraso nos pagamentos por parte da Administração, aplicar-se-á o índice oficial adotado para atualização dos débitos da Fazenda Pública Federal, atualmente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme orientação consolidada do Tribunal de Contas da União e jurisprudência dos tribunais superiores.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando a natureza dos bens a serem adquiridos materiais de consumo sobressalentes de tecnologia padronizada e amplamente disponíveis no mercado nacional optou-se pelo parcelamento da contratação por item, com fundamento no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que disciplina o Sistema de Registro de Preços (SRP).

9.2. A divisão em itens visa assegurar:

9.2.1. Maior competitividade, permitindo a participação de empresas com capacidade de fornecimento parcial;

9.2.2. Melhor aproveitamento das condições de mercado, com possibilidade de obtenção de melhores preços e prazos;

9.2.3. Viabilidade técnica, na medida em que os itens são independentes entre si e não exigem fornecimento conjunto para seu pleno funcionamento;

9.2.4. Promoção da economicidade e eficiência, ao permitir contratações conforme a conveniência e necessidade da Administração, nos termos do planejamento da demanda.

9.3. Ressalta-se que não há impeditivos técnicos ou operacionais que exijam a contratação global dos itens, tampouco a natureza dos bens impõe dependência funcional entre eles.

9.4. A adoção do parcelamento está, portanto, alinhada com os princípios da vantajosidade, eficiência e competitividade que regem as contratações públicas, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 11 e 40, § 1º.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Após análise do escopo da contratação e consulta aos sistemas internos de planejamento logístico do Comando da Aeronáutica (SILOMS - Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços - e demais bases de dados logísticas), não foram identificadas contratações em andamento, previstas ou planejadas que guardem correlação técnica, funcional ou dependência direta com o objeto desta contratação.

10.2. Os materiais de consumo ora planejados são específicos à manutenção e operação dos sistemas sob responsabilidade da Subdivisão de Informática Operacional (IOP) do PAME-RJ, sendo sua aquisição independente de outros processos contratuais ou fornecimentos paralelos, não havendo necessidade de sincronização ou integração contratual com outras ações administrativas.

10.3. Dessa forma, não há contratações correlatas ou interdependentes no âmbito da Administração Pública Federal que impeçam ou condicionem a execução autônoma desta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está devidamente alinhada com o planejamento institucional do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), constando no Plano Setorial (PLANSET) como ação necessária à manutenção da infraestrutura tecnológica dos sistemas de controle do espaço aéreo.

11.2. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022, o objeto da presente contratação encontra-se previsto no Planejamento Anual de Aquisições e Contratações (PAAC) de 2025, disponível no Portal da Força Aérea Brasileira (FAB).

11.2.1. Projeto PLANSET: LOG05022;

11.2.2. Gestão/Unidade: 00001/120048;

11.2.3. Programa de Trabalho: 05.151.6112 20XV 02;

11.2.4. Elemento de Despesa: 339030; e

11.2.5. Plano Interno: DC080401LOG

11.3. A aquisição dos materiais de consumo destina-se a garantir a continuidade e a confiabilidade dos serviços prestados no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), sendo compatível com os objetivos estratégicos e operacionais do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como com as diretrizes orçamentárias e os instrumentos de governança de contratações da Administração Pública Federal.

11.4. A demanda foi registrada previamente em sistema próprio, tendo sido validada no âmbito do planejamento da Subdivisão de Informática Operacional (IOP) do PAME-RJ, em consonância com os princípios da eficiência, eficácia e vantajosidade que norteiam a gestão pública.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição dos materiais sobressalentes de consumo permitirá ao Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ) — órgão executor vinculado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) — cumprir, de forma eficiente, sua missão institucional de prover suporte logístico, técnico e operacional aos sistemas de tecnologia da informação voltados ao controle do espaço aéreo e à defesa aérea. Tais materiais são essenciais para garantir a operacionalidade contínua e segura dos equipamentos que compõem o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), contribuindo diretamente para a preservação da integridade e soberania do espaço aéreo nacional.

12.2. A presente contratação visa à formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP), possibilitando à Seção de Informática Operacional (IOP) a reposição programada e ágil do estoque de itens essenciais. Essa estratégia assegura maior eficiência logística, otimização dos recursos públicos e, principalmente, reforça a continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas operacionais, mitigando riscos de paralisações e garantindo a fluidez e a segurança dos serviços prestados no controle do tráfego aéreo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento à contratada será efetuado somente após a entrega integral dos bens, que devem estar em perfeitas condições, embalados e sem avarias, no prazo máximo de 30 dias corridos, contado da ordem de fornecimento. Para materiais sob encomenda ou fabricação específica, o prazo poderá ser estendido para até 60 dias, mediante justificativa técnica e aprovação da Administração.

13.1.1. O recebimento provisório ocorrerá em até 7 dias úteis após a entrega, e o definitivo em até 15 dias úteis após a correção de eventuais inconformidades. O pagamento será realizado em até 30 dias úteis após o ateste do recebimento definitivo.

13.2. A Administração disponibilizará servidores (militares ou civis) designados para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais, assegurando a conformidade com os critérios de quantidade, qualidade e prazo, conforme as disposições contratuais.

13.3. Conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será formalmente designado representante da Administração como fiscal do contrato, podendo haver o apoio de equipe de apoio, com a responsabilidade de acompanhar a execução contratual, registrar ocorrências em instrumento próprio e determinar providências corretivas, quando necessárias.

13.4. A atividade de fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, inclusive por eventuais defeitos técnicos, falhas operacionais ou vícios ocultos que comprometam o uso ou a durabilidade do bem. Conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021, a Administração não será corresponsável por prejuízos decorrentes de falhas da contratada, exceto quando comprovada conduta dolosa ou culposa de seus agentes.

13.5. As providências administrativas para celebração do contrato e sua formalização ocorrerão somente após a emissão da Nota de Empenho, conforme as diretrizes estabelecidas nos normativos internos e na legislação vigente. A formalização poderá ser realizada por meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratada deverá observar e atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente, especialmente os constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2019 e no Decreto nº 7.746/2012, que tratam das diretrizes para aquisição de bens e contratação de serviços sustentáveis no âmbito da Administração Pública Federal.

14.2. Os produtos ofertados deverão, sempre que possível, ser fabricados com materiais recicláveis, reciclados ou biodegradáveis, conter baixo consumo energético, apresentar durabilidade compatível com sua função e ser produzidos com menor impacto ambiental, de acordo com as orientações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e as Resoluções do CONAMA aplicáveis ao objeto da contratação.

14.3. A empresa contratada deverá, ainda, adotar práticas que minimizem os resíduos e os impactos ao meio ambiente durante o fornecimento dos materiais, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada de eventuais embalagens ou componentes descartáveis, conforme a legislação ambiental e os padrões técnicos pertinentes.

14.4. Caso existam requisitos específicos de sustentabilidade estabelecidos no Termo de Referência, esses deverão ser estritamente observados, sob pena de desclassificação da proposta ou aplicação das sanções previstas contratualmente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto, a aquisição em pauta mostra-se viável do ponto de vista técnico e, conforme pesquisa realizada por membros desta Equipe de planejamento, também do ponto de vista orçamentário, uma vez que há disponibilidade de recursos que suporte o custeio da aquisição, razão pela qual não há óbices técnicos e financeiros para a continuidade do processo.

Uma vez que a mesma é indispensável para o PAME-RJ manter o cumprimento de sua missão, o qual tem a finalidade de executar atividades de manutenção de equipamentos de controle do espaço aéreo e defesa aérea e possibilitar o cumprimento da manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLAUCIO RIBEIRO LIMA

Integrante Requisitante da Comissão de Análise e Planejamento da Contratação

PRISCILA SANTOS FERNANDES

Integrante Administrativo da Comissão de Análise e Planejamento da Contratação

THALLES RIBEIRO MARTINS

Integrante Técnico da Comissão de Análise e Planejamento da Contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar 235/2025
Data/Hora de Criação:	23/10/2025 16:16:21
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	a61a28d1d9dd68a4646c204f1f03830c
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THALLES RIBEIRO MARTINS no dia 09/04/2026 às 11:15:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten GLAUCIO RIBEIRO LIMA no dia 10/04/2026 às 10:46:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major PRISCILA SANTOS FERNANDES no dia 10/04/2026 às 10:47:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Eng DENNIEL SANCHO ZORZAL ROSSI no dia 12/04/2026 às 22:44:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major BRUNO SILVA DO AMARAL no dia 13/04/2026 às 20:17:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ALINE C. LOPES CINALLI MEDEIROS FOGAÇA no dia 14/04/2026 às 08:45:14 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO